

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002701-77.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **AGROPECUÁRIA BRASIL LTDA e outro**
 Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

AGROPECUÁRIA BRASIL LTDA e REGINALDO PUCCI GRADIN ajuizaram a presente **Ação de Indenização** em face de **BANCO SANTANDER BRASIL S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduziram, em síntese, que figuraram como réus em dois processos de execução ajuizados pelo aqui requerido (nºs 0016578-77.2009 e 0002357-55.2010) perante a 4ª Vara Cível local; em dezembro de 2010 firmaram com a exequente acordo para pagamento da totalidade do débito em 4 prestações; com exceção da segunda parcela, que foi paga com dois dias de atraso por conta da desorganização do banco, todas as demais foram quitadas no vencimento; assim, o acordo foi devidamente cumprido em 28/03/2011. Ocorre que o exequente (aqui requerido), informando nos autos o descumprimento da avença, acabou solicitando ao Juízo a penhora em bens de propriedade do autor Reginaldo para seguir com a execução. Ingressaram com a

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

presente ação objetivando que o requerido seja condenado a pagar o dobro do que está cobrando nos processos acima mencionados, uma vez que as dívidas foram devidamente quitadas.

A inicial veio instruída com documentos.

Devidamente citado, o requerido apresentou contestação confessando que agiu equivocadamente ao cobrar dívida já paga e que seu engano pode ser justificado em razão da “imperfeição humana”. Argumentou que por não ter havido dolo, não há falar-se em indenização por danos materiais e no consequente pagamento dobrado. Por fim, pontuando sobre a inexistência de danos morais pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 334/337.

As partes foram instadas a produzir provas. Os autores pleitearam o julgamento antecipado da lide e o requerido não se manifestou.

É o relatório.

D E C I D O.

Temos como ponto incontroverso que os autores cumpriram integralmente o acordo para pagamento do débito cobrado nos processos nº 234/10 e 1802/09, ambos da 4ª Vara Cível local, e mesmo assim a credora seguiu o processo pedindo ao Juízo que buscasse bens passíveis de penhora obtendo êxito (penhorou um veículo do coautor Reginaldo).

A quitação da dívida vem ainda comprovada pelos documentos de fls. 271, 273, 280 e 284.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A requerida veio aos autos tentando justificar o ocorrido com a ocorrência de um “engano” de sua parte , o que não pode sujeitá-la à penalidades.

Todavia, a razão não lhe socorre.

Firmou acordo no aludido processo e teve todas as condições para averiguar a ocorrência da quitação nos autos. Tinha patrono constituído para tanto.

Assim, só se pode entender que a petição de fls. 221 (que motivou o andamento da execução para penhora do imóvel) foi protocolada de modo irresponsável e descuidado e por que não dizer, de “má-fé”.

O requerido é uma Instituição Financeira de grande porte (multinacional) e certamente possui aparato tecnológico que permite o acompanhamento de débitos judicializados. Isso sem considerar que contava com escritório de advocacia contratado especialmente para acompanhar a pendenga judicial.

Cabe ainda salientar que o Banco expediu boletos para pagamento das parcelas do acordo e certamente recebeu informes eletrônicos das quitações parciais nas datas em que se concretizaram.

Assim, só nos resta entender caracterizada nos autos a situação do art. 940, do CC e condenar o postulado ao pagamento do valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), que é a dobra do valor acordado.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido se posicionou a jurisprudência local em caso análogo: Apelação 0001967-08.2013, 32ª Câmara de Direito Privado do TJSP.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, para o fim de CONDENAR O REQUERIDO, BANCO SANTANDER BRASIL S/A, a pagar aos autores, AGROPECUÁRIA BRASIL LTDA. e REGINALDO PUCCI GRADIN, a importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) acrescido de correção monetária a contar do ajuizamento e ainda juros de mora à taxa legal, a contar da citação.**

Ante a sucumbência, fica o requerido, ainda condenado ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono dos autores, que fixo, em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze (15) dias**, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

P. R. I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 15 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**